

ÍNDICE

1	
SEMINÁRIO DE HARMONIZAÇÃO DAS ACÇÕES DE PREVENÇÃO DE DTS/SIDA COM JOVENS NA ESCOLA	3
1º PAINEL:	3
PROPÓSITO DA MISSÃO	3
O IMPACTO DA EPIDEMIA	3
IMPACTO DO HIV/SIDA NO SECTOR	4
DO LADO DA PROCURA:	4
DO LADO DA OFERTA:	4
SOBRE OS CUSTOS ADICIONAIS	4
TRANSFORMAÇÃO CURRICULAR:	4
PROGRESSOS REALIZADOS. PRINCIPAIS LIÇÕES:	4
A ATENÇÃO COM AS ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO	5
PRINCIPAIS GRUPOS ALVO	5
SUGESTÃO DE REVISÃO DO PLANO	5
ENFOQUE NO PROFESSOR	5
ABORDAGEM DE INTEGRAÇÃO	5
IMPLEMENTAÇÃO	5
COORDENAÇÃO CENTRAL	5
MONITORIZAÇÃO	6
MORTES E DOENÇAS DE PROFESSORES	6
FINANCIAMENTO	6
CONCLUSÕES	6
INTERVENÇÃO DA DRA. ROSA MARLENE	6
INTERVENÇÕES VÁRIAS	6
TRABALHO DE GRUPO	7
1. SOBRE A REFORMA CURRICULAR	7
2. SOBRE O PAPEL DO PROFESSOR	8
3. SOBRE O PAPEL DAS ONG	8
4. PAPEL DAS ESCOLAS	9
5. SOBRE O PAPEL DO MINED	9
6. SOBRE O PÚBLICO-ALVO E MÉTODOS	10
7. SOBRE O ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS	10
1. SOBRE O PAPEL DO MINED	14
2. SOBRE O PAPEL DAS ONGS	15
3. GRUPO ETÁRIO ESTRATÉGICO	15
4. GRUPO VULNERÁVEL	15
5. COMO ESTABELECER PARCERIAS?	16
6. PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES	16
7. PAPEL DAS ONGS	17
COMO ESTABELECER PARCERIAS	17
PAPEL DAS ESCOLAS	17
NÃO É PAPEL DAS ESCOLAS	18
JUSTIFICATIVA	18
3º PAINEL	18
FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE - FDC	18
DESCRIÇÃO DO PROJECTO	18
ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	18
PAPEL DA FDC	19
PERSPECTIVAS	19
UNIÃO BÍBLICA (ALICE RIPANGA)	19
SOBRE O PROJECTO DE PREVENÇÃO DO SIDA	19
PROGRAMA NAS ESCOLAS (ADOLESCENTES E JOVENS)	20

PROGRAMA PARA PAIS	20
EXPERIÊNCIAS NO TERRENO	21
AMODEFA	21
ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO NAS ESCOLAS.....	21
ATENDIMENTO	22
DIFICULDADES	23
MULEIDE – ASSOCIAÇÃO MULHER, LEI E DESENVOLVIMENTO	23
UM PROBLEMA COMPLICADO	23
OBJECTIVOS	23
DESCRIÇÃO	24
RESPOSTA E DISCUSSÃO:	24
CRUZ VERMELHA DE MOÇAMBIQUE	25
LOCAIS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJECTO	25
PROCESSO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO.....	25
SUPERVISÃO.....	25
RECURSOS HUMANOS	26
SUCESSOS:.....	26
DEFICIÊNCIAS.....	26
ADPP-MAPUTO	26
ANGOLA.....	27
LESOTHO.....	27
ZÂMBIA	27
NAMÍBIA	27
ÁFRICA DO SUL	27
MALAWI.....	27
BOTSWANA	27
SWAZILÂNDIA	27
MOÇAMBIQUE	27
ZIMBABWE	27
ASSOCIAÇÃO KINDLIMUKA	28
ÁREAS ONDE TRABALHA	28
ACTIVIDADES DO NÚCLEO CENTRAL DA OJM NA EDUCAÇÃO E PREVENÇÃO DE HIV/SIDA NAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS.....	29
SÃO PRINCIPAIS ACTIVIDADES:.....	29
ORGANIGRAMA DO NÚCLEO CENTRAL DAS HIV/SIDA	29
ORGANIGRAMA DO NÚCLEO PROVINCIAL DAS HIV/SIDA.....	29
GRUPO ALVO.....	30
QUESTÃO DO GRUPO 1.....	30
QUESTÃO DO GRUPO 2.....	30
QUESTÃO DO GRUPO 3.....	31
QUESTÃO DO GRUPO 4.....	31
SOBRE A REFORMA CURRICULAR	31
SOBRE O PAPEL DO PROFESSOR.....	31
SOBRE O PAPEL DAS ONGS	32
PAPEL DAS ESCOLAS	32
SOBRE O PAPEL DO MINEÉD.....	32
SOBRE O PÚBLICO-ALVO E MÉTODOS.....	33
SOBRE O ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS.....	33
SOBRE A MENSAGEM PRINCIPAL A SER VEICULADA.....	33
QUANTO AOS MODELOS A SEREM ADOPTADOS	34
ANEXOS	35

Seminário de Harmonização das Acções de Prevenção de DTS/SIDA com Jovens na Escola

A sessão de abertura foi presidida pelo Exmo Senhor Director do INDE secundado pelo senhor Presidente da MONASO e o Representante do Conselho Nacional de combate ao SIDA.

1º Painel:

O tema central deste primeiro painel intitulou-se: Epidemiologia de SIDA em Moçambique: a vulnerabilidade dos jovens e impacto no sector de educação.

Foi o primeiro orador deste painel o Dr. Virgílio Juvane que apresentou o sub-tema: O Plano de Combate ao HIV/SIDA no Sector de Educação em Moçambique onde teceu as seguintes considerações:

Neste tema foram abordados os seguintes aspectos:

Propósito da Missão

Avaliar o estudo de impacto do HIV/SIDA: programas chave do PEE (currículo, educação da rapariga, formação de professores ...); ensino secundário, educação de adultos, implicações na procura, implicações na oferta.

Avaliar projectos e iniciativas em curso implementados por agências nacionais e internacionais;

Fazer consultas junto de um amplo leque de instituições, incluindo o CNCS;

Identificar actividades prioritárias no âmbito das estratégias de combate e prevenção no sector da educação;

Identificar possíveis implementadores, ONGs nacionais e internacionais baseadas localmente;

Formular complementos orçamentados ao Plano de Acção do MinEd sobre o HIV/SIDA;

Identificar funções e responsabilidades dos diferentes actores;

Estabelecer padrões críticos para a avaliação do progresso

O impacto da Epidemia

Procura da educação pelos alunos

Oferta de educadores (professores, gestores);

Qualidade da educação

Custos adicionais.

Impacto do HIV/SIDA no sector

Do lado da procura:

Embora se preveja o aumento da população do EP1, estima-se que em 2010 a taxa de crescimento de alunos deste nível registe menos 13% por causa da epidemia. Apesar desta diminuição significativa da procura os objectivos do acesso poderão ser atingidos como formulados. No entanto, o avanço da epidemia afectará a estrutura demográfica da população.

Noutros níveis, apesar da diminuição do número de jovens, o número de alunos que ingressará nas escolas, ultrapassará substancialmente a oferta.

Com base nas evidências de estudos regionais, pensa-se que haverá uma diminuição de procura devido ao impacto nos agregados familiares e na comunidade. Crianças de famílias afectadas pelo HIV/SIDA ou órfãs estarão em situação de risco.

Do lado da Oferta:

Prevê-se que entre 2000-2010 a epidemia venha a provocar a perda de 17% do seu pessoal. Prevê-se, também, que a região Centro do país venha a perder 23% do corpo docente. Antes da morte, estes profissionais perderão cerca de 18 meses de tempo de trabalho produtivo. As instituições de formação de professores terão uma pressão acrescida.

Sobre os custos adicionais

As perdas representarão custos adicionais, para o sistema de 6,9% (US 110,5 milhões nos próximos 10 anos).

Transformação curricular:

Currículo do EP em elaboração, teve conter material sobre saúde reprodutiva e sexual;

Elaborados materiais extra-curriculares para alunos e professores

Incorporação das questões do HIV/SIDA nas Unidades de Género;

Materiais sobre HIV/SIDA em algumas instituições de formação de professores.

Progressos realizados. Principais lições:

Leque muito grande de actividades, embora muitas vezes isoladas;

Conclusões dos estudos realizados no país são consistentes com outros estudos da região, reflectindo a baixa taxa de utilização do preservativo.

A atenção com as estratégias de prevenção

Estratégia de marketing social parece preocupar-se mais em promover o sexo do que evitar a infecção, duplicação de actividades levadas a cabo por ONGs.

Principais grupos alvo

Para além dos grupos mais pobres e vulneráveis:

Professores devem construir o alvo prioritário;

Estudantes importante, mas assegura a formação de professores;

Estrutura terá de existir uma estrutura local de apoio aos professores.

Sugestão de revisão do plano

Ligá-lo à estratégia de redução da pobreza, actuando sobre os mais pobres e vulneráveis;

Ordem de prioridade deve ser pessoal administrativo (MinEd, DPEs, DDEs, estudantes.

Enfoque no professor

Direito humano de um trabalhador;

Mudança do comportamento influencia os alunos;

A longo prazo, assegura maior eficiência de custos e salvaguardar a força de trabalho.

Abordagem de integração

Actividades relacionadas com HIV/SIDA como parte de todas as outras actividades;

Divulgação ampla do estudo de impacto do HIV/SIDA;

Ligação com as reformas em curso: currículos, informação e gestão, mecanismos financeiros.

Implementação

Assumindo que os professores são o grupo alvo prioritário, como abrangê-los e quem são os colaboradores mais importantes?

O papel das ZIPs

Grupos de referência: professores, igrejas e sociedade civil.

Coordenação Central

Capacitação da competência do INDE

Estabelecimento de um mecanismo intersectorial de coordenação: Ensino Básico, Ensino Secundário, Ensino Técnico, Formação de Professores, INDE, Recursos Humanos e Direcção de Planificação.

Monitorização

Conhecer a distribuição e qualidade das actividades nesta área;
Conhecer a extensão da modificação dos conhecimentos, atitudes e práticas;
Mapeamento das actividades de prevenção.

Mortes e doenças de professores

Necessidade de apuramento de quantos precisam de formação a fim de substituírem os que faleceram;

Avaliação das implicações financeiras dos que se encontram doentes e cujas famílias virão a requerer pensões;

Base de dados sobre o perfil dos que abandonam o ensino.

Financiamento

Estabelecimento de um mecanismo central, coordenado para o financiamento do programa;

Ao nível central, produção de materiais e formação de professores;

Acordar com ONGs um quadro de cooperação e financiar algumas actividades destas;

Ao nível provincial o enfoque é a formação de professores mas poderão ser financiados todos os tipos de actividades.

Conclusões

Programar a formação de professores;

Intervenção centrada em grupos prioritários;

Atenção à geração da esperança

Priorização por regiões (Centro, Sul e Norte)

Intervenção da Dra. Rosa Marlene

Esta intervenção foi na sua totalidade demonstrada através de powerpoint que se pode ver no anexo. As dúvidas surgidas naltura

Intervenções várias

Dr. Ganhu:

Começou por elogiar o trabalho do MinEd, primeiro órgão estatal que pensou organizar um evento de tamanha para coordenar as acções multisectorialmente. Aconselha que os programas de ensino e o próprio currículo seja reforçado com materiais que possam facilitar a execussão destas acções.

Trabalho de Grupo

Os grupos de trabalho em número de quatro, foram-lhes a discutir questões relativas às apresentações do painel anteriores. Assim, coube a cada grupo de trabalho, composto entre 20 a 25 elementos escolhidos aleatoriamente, os seguintes pontos:

Grupo 1. Deve responder aos seguintes pontos: quais os caminhos possíveis para se atingir o maior número de jovens dentro da escola; como envolver todas as regiões do país; como cobrir regiões ou escolas com menor acesso geográfico ou político.

Grupo 2. Quando envolver o professor nas actividades de prevenção. Qual o papel do professor na prevenção. Quais as estratégias para atingi-los.

TOTAL=36.

Grupo 3. Há grupos etários preferenciais por estratégia ou vulnerabilidade diferenciadas? Qual o conteúdo mínimo que deve ser repassado por faixa etária.

Grupo 4. O sector de educação tem um papel na prevenção ou estes assuntos devem ser tratados só por ONGs? Qual é o papel da educação e o das ONGs?

No seu conjunto, os grupos trouxeram ao plenário reflexões que podem ser resumidas no seguinte teor:

Na apresentação dos grupos de trabalho, a plenária realizou uma série de discussões envolvendo o papel do governo e sociedade civil no que se refere ao trabalho de prevenção de DTS/SIDA executados na escola. Com o objectivo de sistematizar os debates, podemos apresentar o conjunto de recomendações no seguintes itens:

1.Sobre a Reforma curricular

Os participantes apontaram em plenária que a reforma curricular deve necessariamente incluir temas sobre HIV/SIDA adequados para as várias classes. Foi relatado por técnico do INDE que tal processo já estava em andamento, inclusive em estágio bastante avançado, e que tais conteúdos foram incorporados de maneira transversal. Isto é, não é atribuição só de professores de ciências naturais tal actividade, e que todas as disciplinas devem apresentar tal componente aos seus alunos.

2. Sobre o papel do professor

A plenária reconheceu a necessidade de envolver os professores neste processo, sendo que é fundamental e urgente a formação destes para sua actuação. Neste sentido, as ZIPs devem ser consideradas enquanto pólos irradiadores desta formação, funcionando como unidade básica para capacitação e disseminação da informação. As ONGs devem ser incluídas neste processo de capacitação.

O professor deve ser envolvido a todo momento, visto sua habilidade na comunicação e credibilidade junto a comunidade. E particularmente: em datas festivas, nas Reuniões de turma, nos clubes nas borlas, sala de aula e em casa. As actividades vde formação deste devem ser enquadradas nas actividades do programa da escola. Para tanto, O MINED deve alocar meios e recursos de trabalho, a canalizar mais apoios para as províncias para implementação de programas com professores.

A estratégia de formação deve incluir educação em pares entre os professores, e também incorporar os conteúdos de Saúde sexual e Reprodutiva.

3. Sobre o papel das ONG

As ONGs são dinamizadoras do processo, devendo implantar as estratégias definidas pelo MINED, inclusive no que se refere às áreas de actuação para não ocorrer sobreposição de actividades. Assim sendo, devem respeitar as políticas e directrizes locais frente a qualquer pressão de ordem econômica ou semelhante. Assim sendo, não deverá intervir sem consulta prévia ao MINED (aqui compreendido enquanto o próprio sistema de educação) e Direcções Nacionais ou Provinciais ou Distritais.

As ONGs devem ainda providenciar apoios, recursos humanos e financeiros para a implementação do Programa no seu âmbito de actuação.

Do ponto de vista técnico, deve concentrar e promover apoio a programas de nível de base, levando em conta as questões de gênero. A plenária recomenda que as ONGs devem formar activitas jovens para o trabalho nas escolas. Há a impoprtância em se sensibilizar os pais, encarregados de educação e líderes comunitários neste tema.

A ONG pode ainda caber o papel de prestar assitência técnica ao MINED nas áreas de formação de profissionais, monitorização e avaliação de programas.

Citou-se também a necessidade de se harmonizar incentivos e outros a todos os níveis de intervenção das ONGs, necessitando negociar com a direcção

distrital ou provincial a realização dos trabalhos. Em parceria com a sociedade civil, estas direcções devem apoiar na definição das estratégias a serem adoptadas.

As ONG devem trabalhar com a comunidade.

4. *Papel das Escolas*

Segundo a Plenária, o papel das escolas deve ser o de criar núcleos de activistas nas escolas, promover intercambio entre as escolas, organizar cursos e exposições, adquirir e organizar materiais educativos (além de elaborar e promover programas com conteúdos educativos e elucidativos). Deve ainda promover debates, palestras, jornal da parede. É também tarefa da escola estratificar grupos etários para receber as informações de maneira adequada.

A escola cabe também coordenar os trabalhos das ONGs que actuam no espaço escolar, autorizando a implementação dos trabalhos destas. A escola não deve aceitar trabalhos a serem realizados por ONGs não cadastradas.

As escolas não devem realizar trabalhos além muros, concentrando-se assim no seu target (houve discordância sobre este ponto). A escola deve assim concentrar esforços na escola, procurando estabelecer mecanismos de regulação para a sustentabilidade.

5. *Sobre o papel do MinEd*

A plenária entende que o papel do MINED deva ser o de definir políticas e estratégias para o combate ao SIDA no sector de educação. Deve promover a educação no local de trabalho, de modo a reduzir o impacto sobre os professores. O MINED deve identificar e mapear o número de ONGs a trabalhar com SIDA nas escolas, harmonizando suas actividades e definindo as prioridades geográficas de actuação das ONGs.

Para implementar o Programa, o MINED deve produzir um guião para uniformização dos métodos, criação de núcleos provinciais, distritais e de ZIPs. A produção de materiais deve contar com a participação das ONGs. Deve ainda incluir os líderes comunitários neste trabalho.

Cabe ao MINED, nas diversas instâncias, participar activamente nos eventos que as ONG criaram, oferecendo espaço para estas organizem as actividades.

6. Sobre o público-alvo e métodos

Definiu-se que o grupo estratégico é aquele com de 6 a 10 anos, que são provavelmente crianças que não estão infetadas. Deve-se investir em Educação Moral e Cívica.

Grupo vulnerável são jovens que estão a começar a actividade sexual. Deve-se dar um grande acesso de conhecimentos sobre DTS/HIV/SIDA e falar-se sobre sexualidade. Falar do comportamento de risco a que eles estão expostos.

O grupo entende que se deva incentivar a abstinência sexual, envolvendo o grupo na discussão de seus problemas.

É importante que os jovens tenham um aconselhamento pessoal, a mentalizar os jovens no uso do preservativo.

Houve discordâncias na plenária sobre a viabilidade da utilização do tempo de “borla” enquanto estratégias de desenvolvimento de trabalhos educativos com os alunos. Sugeriu-se a reunião de turma como meio, mas também lembrou-se que este é um momento dedicado exclusivamente para resolver questões de relacionamento institucional.

Houve a indicação de que os trabalhos preventivos das DTS/SIDA podem ocorrer através de clubes juvenis e ciclos de interesse e similares.

Julgou-se importante que os jovens recebam aconselhamento pessoal para melhor mudança de comportamento.

7. Sobre o Estabelecimento de Parcerias

Para ocorrer parcerias deve haver existência de interesses comuns, sendo necessário explicitar estes interesses. A negociação entre as partes deve abordar: a) áreas de intervenção prioritária; b) perfil da ONG para identificar a qualidade e credibilidade e trabalhos que executa ou pretende executar; c) definição das regras do jogo (tempo, recursos, espaço, intervenientes, grupo alvo, monitorização e outros aspectos); partidas e contrapartidas recepção e cedência (ganhos mútuos)

Há a necessidade de se identificar quais contribuições técnicas financeiras e institucionais que cada uma das partes pode disponibilizar;

A avaliação deve ser realizada permanentemente, com a identificação dos aspectos fortes e fracos.

Apontados estes quesitos, nem todos os projectos submetidos à escola necessariamente são bons. Cabe à escola fazer a análise segundo o momento em que ela (escola) se encontra ou se insere.

Há necessidade de constante monitorização, reciclagem, avaliação e revisão periódica;

A plenária sugere a formação de um fundo para o desenvolvimento da comunidade que pode arrancar e criar uma estratégia no âmbito da prevenção de DTS/SIDA. A participação de contrapartes deve ser conjunta. O financiamento dos projectos pode ser executado em parceria com o governo;

Apontou-se sobre os riscos de possível centralização com a interface com o MINED nível central, sugerindo-se que a formalização de parceria possa ser feita nos três níveis de governo (central, provincial ou distrital), além de envolver necessariamente a direcção da escola.

Estabelecer uma supervisão em parceria com as ONG's para garantir a qualidade e motivação do trabalho, por que as vezes chega uma ONG sem estrutura.

No prosseguimento dos trabalhos, foi realizado o 2º PAINEL no mesmo dia (19 de Junho). Foram principais oradores neste painel os Doutores: Ricardo Trindade da MONASO, Virgílio Juvane do MinEd, Dr. Diogo Milagre em representação do Conselho Nacional de Combate ao SIDA.

Na intervenção do Dr. Ricardo Trindade, recomendou que as ONG que incorporam o objectivo de luta contra o SIDA, gostaríamos que a sociedade compreendesse que o problema não é de uns, mas de todos nós. Por isso, todas as ONGs devem incorporar nos seus planos de trabalho, actividades de luta contra SIDA. SIDA está nas pessoas, e por isso devem velar pela saúde das pessoas. Este é um fenómeno que deve ser enfrentado e daí a necessidade de haver alguém a liderar este combate.

Esta coordenação não é fácil. A MONASO é incentivada pelo Ministério da Saúde, que deveria coordenar as acções das outras ONGs. Esperam que a MONASO seja uma organização financiadora. As expectativas são grandes para a MONASO. Assistimos também situações que parecem barbaridades: organizações que não se sabe o que fazem; relatórios brilhantes mas ao chegarmos ao terreno essas actividades não se reflectem na prática.

Há ONGs que actuam sem o conhecimento integral das direcções provinciais e distritais. Não se trata de um favor que a sociedade civil pretende

fazer ao governo, nem este à sociedade (...). Há momentos que temos que dizer que o governo não está funcionar bem. Sente-se por vezes que aquilo que chamamos de o governo, de um modo geral, não vê com bons olhos o que as ONGs fazem.

Nem sempre ao nível central, as ONGs exibem dinheiro, e pensa-se assim que ganham bons salários e por isso há uma tendência de haver ciúmes. Muitas vezes o governo quer saber quanto está sendo gasto, mas as ONGs não dão informações devidas e no seu lugar exibem o próprio dinheiro.

Quem “come” e quem não “come”? Essas organizações “vão atrás” do governo e o governo pergunta quanto é que pagam. Este tipo de relacionamento, deixa a impressão de existência de muito dinheiro.

A maior impressão é que o programa de combate ao SIDA tem muito dinheiro. É verdade que num determinado momento teve muito dinheiro, mas hoje não há dinheiro. Precisamos avançar a procura de meios. A sociedade civil está pronta a efectuar essa procura, mas há necessidade de organização. Temos de estabelecer bem claramente qual é o público alvo.

Parece-nos fácil mas não é assim tão simples. A tarefa de abordar as escolas deve ser do Ministério da Educação a organizar o trabalho da sociedade civil. Sabemos que o MinEd não estava devidamente organizado para liderar este processo. Não pretendemos propor como saída as ONGs, mas que o governo representado pelo MinEd assuma este papel e as ONGs que foram eleitas que façam em comunhão de esforços com o MINED.

É preciso padronizarmos a mensagem tendo em conta as diferenças culturais e etárias. Aquilo que fizemos até aqui, precisamos fazer o seu balanço e que o que o governo não fez possa agora assumir o seu papel. No entanto, devemos ter muita atenção nesta transição, pois que ela pretende que seja pacífica. E como fazer isso?

Passar a tarefa para o MinEd e nós fazermos a nossa contribuição nesta luta. O MinEd, pensamos nós, que não deve dispersar as suas atenções com a comunidade. O MineED tem uma competência bem definida e não deve perder dela de vista. As ONGs têm um grande público e há que se organizar para atender aqueles jovens que estão fora da escola. Este é o desafio que pretendemos colocar a sociedade civil e para todas as organizações.

O Dr. Virgílio Juvane, segundou o primeiro orador dizendo que não havia nenhum outro sector como o MinEd para estruturar esta atenção. Sabe-se que actualmente o MinEd congrega cerca de 2.500.000 de alunos e cerca de 50.000

professores. Todos os outros sectores no seu conjunto, não atingem o que o MinEd tem. Por isso mesmo que o plano estratégico reconhece que o MinEd tem capacidade de atingir não só a escola como também outros sectores da sociedade. A partir desta acção é capaz de atingir a comunidade, enquanto pólo irradiador. para contribuir para melhorar a vida na comunidade. Estas são algumas das vantagens de concentrar nossos esforços para este sector.

O papel do MinEd, parece ser o de definir o quadro de actuação, para demonstração de quem faz o que e aonde. Queremos nos concentrar nisto, particularmente no programa sobre o desenvolvimento curricular, pela via intra ou extracurricular. Esta é uma das funções primordiais do MinEd. E a capacitação dos professores, para veicular de maneira correcta as principais informações: quais os pontos de estrangulamento.

Estamos preocupados pelo facto que os níveis de cobertura são bastante assimétricos. Há zonas onde ninguém actua e outras onde estão concentrados maior parte dos recursos contrastando com outras regiões do país que não têm a mesma oportunidade de acesso a estas informações. É uma questão de equidade e uma questão de justiça. Como exemplo disso, acabamos de receber um mapa com amostragem das escolas de Maputo. Imaginamos que deve haver luta para conseguir trabalhar. Este é um primeiro problema que devemos resolver.

O segundo problema é sobre os conteúdos das mensagens que são veiculados. As mensagens tocam a todos nós. Fazem-se testes para se veicular uma mensagem. Temos que harmonizar as mensagens que veiculamos e diversifica-las pelos grupos alvo.

O terceiro aspecto refere-se a dinâmica de criarmos uma capacidade interna para garantir a sustentabilidade. Não devemos continuar a passar toda a vida a fazer projectos para formar. Temos que trabalhar para que a escola consiga ter capacidade de continuar o trabalho sem ter mais a necessidade de nós estarmos sempre lá. Devemos pensar voltar lá para avaliação, monitoramento e outras acções mais complexas.

A autonomia das escolas, devemos projectá-la, inclusive, pensando que elas possam ser irradiadoras dos projectos. Podemos chegar a um acordo, para que as ONGs consigam formar outras ONGs mais incipientes, se quisermos colher mais frutos. Quem será o “guarda-chuva”, e quem coordenará estas acções deste combate ao HIV/SIDA. Teremos que ver quem coordenará a quem e em que aspectos, de modo que a mensagem circule em todos os canais e de maneira uniforme.

Para concluir, sublinhar como aspecto de grande importância a troca de informações e de experiências entre todos nesta sala. De modo a evitar duplicações de modo a não sobrepor acções que estamos a desenvolver. O SIDA não é e não deve ser visto como um projecto. O projecto define-se sempre como um conjunto de tempo delimitado e com recursos também delimitados. Não creio que devemos ter esta visão sobre o SIDA. Temos que trabalhar na base de um programa integrado e contínuo e que faça parte do nosso dia-a-dia. O projecto é conotado como parte de incentivos, estímulos. Nós não teremos capacidade de atingir 2.500.000 alunos pagando os intervenientes. Evitemos criar precedentes. Acções insustentáveis podem ser perigosas. Estes assuntos fazem parte das atribuições do professor e que pouco a pouco ele vá incorporando estas acções. Os assuntos do HIV/SIDA devem fazer parte do nosso dia-a-dia.

A mensagem do Dr. Diogo Milagre consistiu fundamentalmente no reforço dos dois primeiros oradores onde ele sublinha que entre o Governo e a sociedade civil não há divergências sobre SIDA. O Conselho Nacional de Combate ao SIDA estabelece com rigor o papel dos diferentes intervenientes, que podem ser compreendidas enquanto comunidades de base. O Conselho Nacional de Combate ao SIDA consegue mapear os trabalhos dos intervenientes. Comporta enquanto o que seu órgão directivo o Plano Provincial e os Planos Distritais.

Depois dos três intervenientes do painel da tarde, seguiu-se o trabalho em grupos que resultou nas seguintes conclusões e recomendações:

1. Sobre o papel do MinEd

Deve-se fazer uma revisão curricular que inclua temas sobre HIV/SIDA adequados para as várias classes;

Criação de uma base de dados de todas as escolas do país para o melhor conhecimento das mesmas em caso das organizações pretenderem efectuar actividades;

Formação dos professores em matéria de Sexo e Saúde Reprodutiva e a prevenção e Combate as DTS?HIV/SIDA;

Sensibilização dos pais e encarregados de educação como líderes comunitários, sobre o problema do HIV/SIDA;

Identificação de clubes juvenis e ciclos de interesse nas escolas;

Estabelecer uma supervisão em parceria com as ONGs para garantir a qualidade e motivação do trabalho, por se verificar a existência de algumas ONGs sem uma estrutura coesa;

Promover intercâmbio a vários níveis

As ZIPs devem ser capacitadas para funcionarem como unidades básicas para capacitação e disseminação de informação;

Utilização de actividades de carácter participativo, massivo para disseminação da informação.

2. Sobre o papel das ONGs

Não devem definir políticas e áreas de actuação;

Não devem monopolizar o espaço de trabalho;

Não intervir sem consulta prévia ao MinEd ou outra estrutura de coordenação;

Não desrespeitar políticas e directrizes locais à força do interesse económico;

Implementar as estratégias definidas;

Formar professores, activistas e sensibilizar os pais/encarregados de educação e líderes comunitários;

Prestar assistência técnica ao MinEd na monitorização e avaliação;

Providenciar apoios, materiais e financeiros para a implementação do programa.

Assessorar o MinEd na definição e harmonização dos incentivos a todos os níveis.

Foi oportunamente esclarecido em relação currículo que sob responsabilidade do INDE, já foi concluída a sua elaboração de uma maneira transversal.

3. Grupo etário estratégico

Recomenda-se que seja de 6 a 10 anos que são provavelmente crianças que não estão infectadas;

Deve investir na Educação Moral e Cívica. Assim, imagina-se que se pode resolver o problema minimamente;

4. Grupo vulnerável

São jovens que estão a começar a actividade sexual. Deve-se dar um grande acesso de conhecimentos sobre DTS/HIV/SIDA falar-se da se3xualidade. Falar do comportamento de risco a que eles estão expostos;

Incentivar a abstinência sexual;

Envolver o grupo na discussão de seus problemas;

É importante que os jovens tenham um aconselhamento pessoal, mentalizar os jovens no uso do preservativo. Deve-se incentivar aos que já iniciaram.

5. Como estabelecer parcerias?

Contrato de programa/serviços a partir das capacidades necessidades identificadas;

6. Principais atribuições

MinEd	SC
Definir políticas e estratégias;	Em parceria com a sociedade civil deve apoiar na definição destas estratégias;
Promover a educação no local de trabalho;	Em parceria através de um fundo para o desenvolvimento da comunidade pode-se arrancar e criar uma estratégias no âmbito;
Assinatura de um acordo onde são respeitadas as necessidades de trabalho;	Criar associações nas escolas que estejam adoptadas de uma formação técnica e institucional;
Participação activa nos eventos que as organizações criam;	Disponibilização de recursos técnicos, humanos e financeiros
Redefinição de estratégias;	A participação de contrapartes deve ser conjunta
Criar um sistema de disponibilizar serviços;	
Traçar ideias face ao não arranque do trabalho das ONGs.	

Essas acções devem ser tratadas pelas ONGs em coordenação com o MinEd, começando por identificar as ONGs que actuam em cada província no âmbito das DTS/SIDA e SSR, para uma harmonização das actividades. Feito isto, seria útil criar-se um guião para uniformização dos métodos de trabalho.

Esse guião poderia, até, ajudar a identificar o pacote de aspectos fundamentais sobre SSR/DTS/SIDA a serem introduzidos no currículo.

Posteriormente a estas acções, definir-se-ia as prioridades pelas áreas e acções de ONGs; a criação de núcleos provinciais, distritais e ZIPs; a formação de professores e activistas em matéria de SSR/DTS/SID.

O MinEd deve produzir os materiais educativos em parceria com as ONGs; líderes das comunidades;

7. Papel das ONGs

Dinamizador do processo;

Monitorar;

Reciclagem, avaliação, workshop dos intervenientes;

As ONGs devem trabalhar com a comunidade;

Revisão periódica;

Financiamento dos projectos em parceria com o governo.

Como estabelecer Parcerias

Parceria Governamental;

Criação de condições para a inserção das ONGs;

Existência de interesses comuns;

Negociação entre as partes para a identificação de: a) áreas de intervenção prioritária; b) perfil das ONGs para identificar a qualidade e credibilidade dos trabalhos que as ONGs fazem; c) definição das regras do jogo (tempo, recursos, espaço, intervenientes, grupo alvo, monitorização e outros aspectos); d) partidas e contrapartidas recepção e cedência (ganhos mútuos).

Entre as parcerias há a necessidade de apresentar os projectos ao Governo;

Contribuições técnicas, financeiras e institucionais que cada uma das partes pode disponibilizar

Avaliação, acompanhamento e supervisão permanente

Identificação dos aspectos fortes e fracos; análise envolvente (ambas as partes) o que melhor

Nem todos os projectos submetidos à escola necessariamente são bons. Cabe a escola fazer a análise segundo o meio em que ela (escola) se encontra ou se insere. Somente ela pode decidir aceitar ou recusar segundo as conveniências objectivas (o que vai ganhar, objectivos, finalidades e etc.).

Papel das escolas

Criar núcleos de activistas das escolas;

Coordenar actividades das ONGs;

Promover intercâmbio entre as escolas;

Adquirir e organizar materiais educativos;

Promover debates, palestras, jornal da parede; promover programas com materiais educativos;

Estratificar grupos etários para as diferentes intervenções;

Organizar cursos e exposições;

Elaborar e promover programas com conteúdos educativos e elucidativos .

Não é papel das escolas

Autorizar a implantação e implementação de programas das ONGs na escola;

Aceitar entrada das ONGs não credenciadas

Realizar actividades fora das escolas

Justificativa

Salvaguardar a missão e valor das escolas

Concentrar esforços nas escolas

Criar mecanismos de continuidade das actividades escolares

3º Painel

No segundo dia de actividades foi a vez do 3º painel onde na essência foi a apresentação das actividades de algumas ONGs que a seguir se indicam:

Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade - FDC

O projecto enquanto trabalha com as escolas, denomina-se Êsh! – Escola SemHIV. Tem como objectivo: estancar a disseminação do HIV nas escolas..

São objectivos específicos do projecto:

Através de parcerias com as escolas, criar nestas a capacidade de mobilização, formação e informação para prevenção do HIV/DTS e “viver saudável”; estimular a criação de um movimento associativo das escolas envolvidas.

Descrição do projecto

O ano de 2001 será o ano de maior abrangência de escolas: cerca de 45 escolas do EP2, secundárias e técnicas de Maputo (cidade e província). No segundo semestre haverá uma imensa mobilização em Tete e Chimoio para a expansão e início das actividades em 2002.

É população alvo prioritariamente: alunos, professores e funcionários. Este trabalho terá a duração de três anos consecutivos.

Estratégia de implementação

“Apropriação” e gestão pelas escolas de todas as actividades de prevenção e combate ao HIV/DTS na escola;

Criação de um núcleo gestor das actividades na escola, sob orientação da direcção da escola;

Criação de “clubes” de actividades envolvidos na implementação de actividades via Educação de pares.

Papel da FDC

Facilitar a formação e materiais de apoio;
Facilitar recursos necessários para implementação dos projectos;
Apoiar no desenvolvimento de planos de actividades das escolas;
Acompanhar a monitorização da implementação;
Facilitar espaço e local para troca de impressões e experiências entre os núcleos.

Perspectivas

Alargamento a outros pontos do país
Produção de material de IEC (cartazes, fliers, brochuras...);
Mobilização do sector privado para apoio aos projectos das escolas
Criação de um movimento estudantil engajado em prol de um viver saudável.

Depois desta breve apresentação foram levantadas algumas questões para esclarecimento relativas à implementação de acções curriculares sem ter em conta as acções desenvolvidas pelo MinEd/INDE e a desigualdade criada em determinadas escolas onde pagam alguns professores ligados ao projecto sem ter em conta de outros com as mesmas actividades ligados a outros projectos. Tudo foi a seu tempo esclarecido que se resume no seguinte: em relação ao currículo, pensa-se a introdução generalizada do currículo ora em elaboração levará o seu tempo, enquanto isso, precisa-se que algo se faça em relação ao combate ao HIV/DTS.

União Bíblica (Alice Ripanga)

A União bíblica é uma Organização Cristã de carácter interdenominacional, sem fins lucrativos. Exerce a sua missão na e para Igreja e na e para a sociedade em geral.

Em Moçambique foi fundada em 1987, e é membro do Conselho Cristão desde então, bem como da MONASO desde 1993, aquando da introdução do projecto de Prevenção do SIDA a nível da Organização.

Sobre o projecto de Prevenção do SIDA

Este projecto foi iniciado em 1992, depois de um treinamento de alguns representantes do movimento da União Bíblia em África, que durou 1 mês. Após este treinamento, introduziu-se no país o Projecto intitulado "Desígnio da Família". Este vem como uma contribuição da UB para a sociedade, numa altura em que a família está experimentando um grande desafio (a degradação da estrutura familiar e o surgimento do HIV/SIDA). Baseia-se fundamentalmente na área educacional, sem deixar de lado a área de apoio aos doentes sempre que possível.

Programa nas escolas (adolescentes e Jovens)

Este programa iniciou em 1993, com a formação de um grupo de voluntários, que iam às escolas, principalmente privadas, apresentando o manual intitulado “Aventura Ilimitada”, para adolescentes, com 9 capítulos, cujos títulos são: A Vida é uma Aventura; Eu sou uma Pessoa Especial; Uma Família Especial; Família; Amigos e Tempos Livres; Crescendo para se Tornar um Homem ou uma Mulher; SIDA - o que é?; Você pode Evitar o SIDA; Vamos ser Amigos; Escolhas. Mais tarde, a formação abarcou professores do EP1 e EP2 e secundários a nível nacional. Estes, por sua vez trabalhavam directamente com os seus alunos. O Programa é contínuo, isto é, dura todo o ano lectivo e não só debruçar-se na Aventura Ilimitada mas também trata de outros tópicos, que ajudam os adolescentes e re-ganharem os seus valores morais e éticos (ver a dosificação em anexo).

Semelhantemente a este programa, temos outro pacote destinado a jovens. Tem como título: “Escolha a Liberdade”. Também tem 9 capítulos que são: Quero ser Livre; Comunicação; O que existe na Família; Precisamos de Amor, Sexo-Prazer ou Desastre?; Escape do SIDA; Romance sem Remorsos; O maior Amor. Além da formação de professores e educadores, é apresentado também por um grupo de voluntários nas comunidades/igrejas.

Até aqui, já foram treinados 700 professores/educadores a nível nacional. O projecto é activo em algumas províncias somente, por limitação de meios que garantem um acompanhamento satisfatório. Podemos referir Nampula, Zambézia, Manica e Maputo onde operamos em 5 escolas: escola comunitária da Maxaquene “D”, escola Comunitária 4 de Outubro, Malhazine, Colégio Nyamunda, mensageiros de Deus e Centro de Alfabetização 3 de Fevereiro.

Programa para pais

O programa para pais/encarregados de educação, foi concebido para complementar os dos adolescentes e jovens, que depois do aprendizado, precisam encontrar um apoio contínuo no seio da família. Este tem como título “Parentesco Positivo” e é composto por uma série de 10 livros com os títulos: Comunicação; Como Ajudar os seus filhos a Estudar; Adolescentes; Como fazer o Melhor do seu Tempo; Sexualidade Sensitiva; Orando pelos Filhos; Filhos confidentes; Disciplina para a Liberdade; Divertimento Familiar e Guião para o Grupo de Estudo sobre Parentesco Positivo.

Este é apresentado nas escolas e igrejas interessadas, e está previsto a sua expansão a nível nacional.

Experiências no terreno

Apesar de muitos terem se beneficiado destes treinamentos, não são muitos que continuam no trabalho. Os motivos sendo: a fraca capacidade de acompanhamento por parte da União Bíblica. Isto é resultado da falta de recursos suficientes, capazes de manter os colaboradores motivados.

Não obstante este fracasso em termos de crescimento/expansão do projecto, temos a testemunhar mudanças positivas no que respeita ao comportamento dos adolescentes e jovens que se beneficiam dos nossos programas, sendo alguns ainda estudantes e outros casados e bons profissionais.

Com estas constatações, nos sentimos cada vez mais desafiados e dispostos a continuar com os programas até onde a nossa capacidade nos permitir.

De referir que gozamos de uma boa parceria com o Ministério da Educação, através do INDE, o qual conhece os nossos materiais, bem como com outras Organizações que trabalham no âmbito da prevenção do SIDA como é o caso da MONASO, CCM e World Relief.

AMODEFA

Estratégia de Intervenção nas Escolas

Trata-se de uma Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Família. Foi fundada a 15 de Junho de 1989 e tem como missão a promoção do exercício dos direitos sexuais e reprodutivas de adolescentes, jovens, mulheres e homens, através de actividades de informação, educação e prestação de serviços de qualidade em locais próprios e/ou em parceria com sector público e com a sociedade civil.

A associação desenvolveu actividades inicialmente na Escola Francisco Manyanga e mais tarde na escola Secundária Josina Machel (1993). Prosseguiu com as suas actividades com a abertura de um Gabinete de Atendimento para Jovens, a abertura de uma Caixa de Correio de carácter sentimental e de vida familiar.

Como estratégias de entrada nas escolas, a Associação teve encontros das direcções das Escolas em coordenação como DEC e DSCM; sensibilização dos professores e dos encarregados de Educação; sensibilização dos alunos e selecção dos que gostariam de participar como activistas; formação de activistas alunos em matérias de adolescência, Sexualidade, Direitos Sexuais e Reprodutivas e HIV/SIDA; desenvolvimento/realização de palestras, debates, pagivolve, projecções de slides, vídeos, teatro, dança, futebol feminino; desenvolvimento de eventos culturais (sábado jovem, show BIZ, Miss BIZ); monitorização e

acompanhamento das actividades; reuniões semanais com todos os activistas na AMODEFA e troca de experiência de trabalho desenvolvido; encontros técnicos com apoio de uma psicóloga para esclarecimento de dúvidas dos activistas e a participação das escolas em eventos comemorativos (14 de Fevereiro, 7 de Abril, 12 de Agosto, 1 de dezembro, etc.).

A AMODEFA actua actualmente nas seguintes escolas: Escola Comercial de Maputo, escola Secundária da Lhanguene; Escola Primária 10 de Novembro; Escola Secundária da Maxaquene; Escola Secundária Eduardo Mondlane; escola Comunitária 3 de Fevereiro; escola Secundária da Moamba; escola Secundária de Namaacha; Escola Secundária Estrela Vermelha; Centro de Formação de Professores Primários da Namaacha. A Associação conta actualmente com cerca de 160 activistas-alunos de ambos os sexos na Cidade de Maputo.

As principais motivações para os activistas: a maioria dos activistas gosta de desenvolver esta actividade, a participação dos activistas em eventos nacionais e internacionais (seminários e visitas de troca de experiência); distribuição de certificados de participação; distribuição de material escolar e meios de trabalho (computador), distribuição de material de trabalho, participação na elaboração de boletins informativos, programas radiofónicos e televisivos.

Também a associação possui Serviços de Aconselhamento como é o caso da Escola Comercial de Maputo, Escola secundária de Lhanguene; Escola Primária 10 de Novembro; Escola Secundária da Maxaquene; escola secundária Eduardo Mondlane; escola Comunitária 3 de Fevereiro.

Estes cantos, conforme o nome, são pequenos, cedidos pelas direcções das escolas onde os activistas desenvolvem actividades de aconselhamento, com apoio de visitas regulares de uma enfermeira. Na Escola 10 de Novembro, foi necessário um apoio para a construção de uma pequena sala para o efeito.

Foram adoptados de modo a assegurar um ambiente acolhedor, confortável e com privacidade.

Atendimento

O atendimento é feito, por um lado, por activista-aluno treinado especificamente em termos de sexualidade, saúde e direitos reprodutivos dos adolescentes e jovens e, por outro lado, por uma enfermeira e um coordenador dos activistas.

Para os que necessitam de uma atenção mais específica são aconselhados a se dirigirem ao centro de Aconselhamento Específico (Centro Amigo dos Jovens)

mais próximo da escola ou da sua residência, ou ainda à Clínica dos Adolescentes e Jovens do Hospital Central de Maputo.

Constata-se actualmente maior número de pessoas que procuram os serviços: educação a dois e aos pares. Beneficiam-se alguns funcionários e professores das escolas e permite maior abertura e abordagem dos assuntos.

Dificuldades

Surgimento de Organizações que pagam incentivos monetários;

Exiguidade de recursos para manutenção ou expansão para mais áreas geográficas;

Falta de Currículo Escolar sobre essa matéria.

Muleide – Associação Mulher, Lei e desenvolvimento

A MULEIDE - Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento é uma organização não governamental moçambicana, criada a 7 de Dezembro de 1991 que tem como objectivo fundamental promover a elevação do estatuto da mulher, contribuindo para a melhoria das suas condições de vida e para a eliminação do grande desequilíbrio existente entre o homem e a mulher nas oportunidades de acesso ao progresso e bem estar.

Na presente fase e tendo em conta a perspectiva do seu crescimento em áreas multidisciplinares, a MULEIDE encontra-se a trabalhar nas áreas de Assistência Jurídica e Aconselhamento Psicológico e na Prevenção e Combate aos DTS/HIV/SIDA e Gravidez Indesejada e/ou Precoce.

Desde 1993 que a MULEIDE com o Programa Mulher e o Direito a Saúde tem activistas de base no distrito Urbano n.5 nomeadamente nos bairros de Luís Cabral, jardim, Inhagoia A e B, Nsalene, Jorge Dimitrov, Malhazine, Magoanine e Zimpeto, e no distrito Urbano n.2 desde 1998 no bairro do Xipamanine e este ano 2001 vamos iniciar no bairro de Chamanculo A, B, C e D, este Projecto é Financiada pelo Programa Sat (Southern African AIDS Training Program).

Um problema complicado

Objectivos

O exercício ilustra de maneira engraçada como as pessoas que melhor encontram soluções para os problemas são exactamente aquelas que têm elas próprios os problemas.

Descrição

Dois membros do grupo tentam dar instruções ao resto do grupo sobre como se desembaraçar a eles mesmos dos seus problemas. Isso é muito difícil para eles.

Instruções

1. Peça a duas pessoas para que se voluntariem para serem “trabalhadores de saúde profissionais” e peça-lhes para se afastarem do grupo até que sejam chamados.

2. Peça ao resto do grupo para formar um círculo grande, dando as mãos aos seus vizinhos de cada lado. Depois, mantendo as mãos dadas ao longo do exercício (até ao estágio 6, a seguir), o círculo de participantes deve apertar-se para dentro enredando o nó o máximo possível. Lembre-se ao grupo para nunca separar as mãos e para só seguirem as instruções dos “trabalhadores da saúde profissionais” literalmente, não fazendo nada que não lhes digam.

3. Chame os “trabalhadores da saúde” de volta ao grupo e instrua-os para manter as suas próprias mãos atrás das costas.

4. Peça-lhes então para desfazerem o nó formado pelos outros, apenas através de instruções verbais, em 3 minutos. Eles podem deslocar-se à volta do nó composto pelas pessoas, mas não podem tocar em ninguém.

5. Verificará que os “trabalhadores da saúde” deslocar-se-ão à volta do grupo e poderão mesmo conseguir mudar as posições de umas poucas pessoas do grupo, mas não conseguirão desenredá-las. Depois de 3 minutos, mande-os parar.

6. Peça aos elementos do círculo para separarem as mãos. Peça-lhes depois para formarem um novo círculo, desta vez com os “trabalhadores da saúde” e você próprio também. Todos devem dar as mãos de novo, num grande círculo.

7. Amarrem-se a um novo nó. Agora meça o tempo que levam para se desamarrarem: deve levar cerca de 20 segundos.

Resposta e discussão:

Este exercício mostra-nos a nós e a comunidade como nós, como gestores ou pessoas de fora que não temos soluções para todos os problemas. Em vez disso, a comunidade teve o papel determinante na solução dos seus problemas. Por vezes, precisa de apenas de um pequeno apoio de fora, para ter um avanço maior nas suas realizações. Encoraje os participantes a relacionar este jogo com as suas próprias vidas pedindo-lhes exemplos de quando tiveram eles próprios essa experiência. Por exemplo, em relação com os seus pais, na escola, com extencionistas, com os mais velhos, etc.

Cruz Vermelha de Moçambique

Projecto de Educação sobre DTS/SIDA nas Escolas e Comunidades

O projecto iniciou as suas actividades em Setembro de 1992, na altura financiado pela Cruz Vermelha da Suécia.

Em 1995 o Projecto foi avaliado e integrado no Programa geral da Saúde, tendo desde então a CV Suécia optado por financiar o programa de Saúde no geral e não o Projecto SIDA especificamente.

Locais de implementação do Projecto

Maputo Cidade e Província e nas províncias de Sofala, Nampula, Tete e Cabo Delgado, a nível das escolas primárias, EP2, secundárias e comunidades.

Processo de avaliação e monitoramento

Pretende-se com este processo elevar o nível de trabalho do pessoal e portando da qualidade dos serviços e avaliação do impacto do programa.

Esta avaliação é feita a três níveis: local, distrital e provincial (comissão de trabalho).

Supervisão

Tem como objectivos:

Avaliar os objectivos do programa e a sua implementação;

Colaborar na solução dos problemas encontrados;

Motivar e apoiar o pessoal;

Formar o pessoal na área técnica e de gestão.

Para poder atingir estes objectivos, o supervisor desenvolve as seguintes tarefas:

Recolha de informação sobre o trabalho realizado e o uso dos recursos;

Recolha de informação dos utentes dos serviços e a população sobre as suas necessidades e opiniões;

Apoia a equipa local na aplicação dos conhecimentos de gestão ao nível local. Ex: programação e monitorização;

Analisa em conjunto com a equipa o diagnóstico da situação;

Toma decisões em conjunto com a equipa local, para solucionar os problemas, e participa na sua implementação;

Serve dum canal de comunicação entre os trabalhadores de base e os responsáveis superiores;

Esclarece os supervisados sobre a qualidade do seu trabalho e analisa com eles como ultrapassar as dificuldades encontradas;

Programa e colabora na realização de cursos de formação e reciclagem, ou formação em serviço, para elevar o nível técnico dos trabalhadores:

B- formação em serviço

C- troca de experiência

D- reunião anual para análise dos problemas

E- realização de PRA (Diagnóstico rápido e participativo)

F- reuniões periódicos para análise e planificação de trabalho.

As formações consistem fundamentalmente em: cursos de treinadores comunitários com a duração de 3 semanas, capacitação dos membros das comissões distrital e provincial. Quanto ao monitoramento, este é feito antes, durante e após qualquer situação. Ex: emergência (cheias, Sida, cólera, reabilitação nutricional, etc.)

Recursos humanos

Cordenadores nacionais, provinciais

Técnicos médios e básicos, activistas, voluntários da CVM e membros das comissões distritais e locais.

Sucessos:

A identificação de áreas positivas e as dificuldades no trabalho. Ex: se é ou não verificável a diferença entre a situação ideal ou desejada.

Deficiências

Falta de domínio dos instrumentos de trabalho;

Informação que não reflecte a realidade;

Falta de pontualidade no cumprimento de tarefas.

ADPP-Maputo

De nome oficial Human People to People é um movimento intrenacional com 26 organizações membro, em todo o mundo. As organizações membros da Human People to People desenvolvem mais de 150 projectos em 30 países dos cinco continentes, com intuito de fomentar o desenvolvimento através da diminuição do fosso entre os pobres e os ricos.

Quarenta e cinco (45) do total dos projectos estão nos países desenvolvidos - Europa e os Estados Unidos e têm a ver, maioritariamente, com a geração de fundos para os projectos de desenvolvimento nos países mais desfavorecidos, principalmente em África. A recolha, classificação e venda de roupa em segunda mão desenvolve um papel muito importante na geração de fundos. Acordos de parceria no desenvolvimento com diversas entidades desempenham um papel crescente.

Em onze (11) países em desenvolvimento – de África, Ásia e América Latina – encontram-se implantados 110 projectos que se dividem em 10 sectores principais: Escolas, Ajuda às Crianças, Combate ao HIV/SIDA, Empresas Comerciais Geração de Fundos, Ajuda de Auxílio a Refugiados, Plantação de Árvores e Ambiente, De Camponês para Agricultor, Programa de Bolsa de Estudos e um Programa Internacional para Voluntários.

Os projectos são levados a cabo por dedicados Líderes de Projectos de várias nacionalidades. Todos os projectos baseam-se no conceito de povo para povo e na mobilização, organização e capacidade de desenvolvimento de cada indivíduo, dando assim, às pessoas às ferramentas necessárias para a mudança da sua própria situação.

Quadro de visualização dos países da África Austral envolvidos no Programa TCE

<p>Angola 10.1 milhões de pessoas 5.050 Oficiais de Campo TCE 30.3 milhões de USD</p>	<p>Lesotho 2.1 milhões de pessoas 1.050 Oficiais de Campo TCE 6.3 milhões de USD</p>	<p>Zâmbia 9.6 milhões de pessoas 4.800 Oficiais de Campo TCE 28.8 milhões de USD</p>
<p>Namíbia 1.8 milhões de pessoas 900 Oficiais de Campo TCE 5.4 milhões de USD</p>	<p>África do Sul 43.4 milhões de pessoas 21.700 Oficiais de Campo TCE 130.2 milhões de USD</p>	<p>Malawi 10.4 milhões de pessoas 5.200 Oficiais de Campo TCE 31.2 milhões de USD</p>
<p>Botswana 1.6 milhões de pessoas 800 Oficiais de Campo TCE 4.8 milhões de USD</p>	<p>Swazilândia 1.1 milhões de pessoas 550 Oficiais de Campo TCE 3.3 milhões de USD</p>	<p>Moçambique 19.1 milhões de pessoas 9.550 Oficiais de campo TCE 57.3 milhões de USD</p>
	<p>Zimbabwe 11.3 milhões de pessoas 5.650 Oficiais de campo TCE 33.9 milhões de USD</p>	

Foi apresentado na ocasião um grupo de Oficiais que trabalham numa das regiões da província de Maputo. Cada Oficial de Campo trabalha com cerca de dois mil pessoas numa determinada zona no programa de combate ao HIV/SIDA TCE e é responsável pelo “patrulhamento” da zona.

Os Oficiais não promovem produtos, mas promove a consciencialização das pessoas para que se previnam das DTS.

Estão organizados em secções, oficiais de campo, comandante de divisão, forças especiais.

Associação Kindlimuka

É uma Organização não Governamental e sem fins lucrativos. É uma Organização constituída por pessoas vivendo com HIV/SIDA e simpatizantes.

Foi fundada em 1996 por um grupo de pessoas confrontadas por uma resposta Médica dizendo que são portadores do HIV e foi juridicamente reconhecida em 1998.

Áreas onde trabalha

Aconselhamento

Visitas domiciliárias

Prevenção nas escolas e na comunidade em geral

Sustentabilidade

Advocacia

Apoio a crianças órfãos

Na área de testemunhas para a prevenção é vista pela Kindlimuka como um instrumento principal, uma vez que a comunidade quer seja estudantil ou geral tem a oportunidade de ouvir uma pessoa dizendo que eu sou portador do HIV e sem se notar nenhuma diferença. E quando a oportunidade ou cada participante perguntar a questão que lhe convém saber.

Também o grande obstáculo é a discriminação por parte da família da comunidade geral, pessoal Médico. Ex: um exemplo concreto de um membro que depois de ter feito um depoimento, foi depois da sua residência onde estava alugar.

A doença está a matar inocentes, pessoas que não tem culpa mas também existem pessoas que estão a ver a questão do SIDA como uma solução para as suas vidas.

Exemplo de um director de uma escola que exigia um salário mensal depois de uma capacitação na área das DTS.

Nós sabemos que existem personalidades aqui no nosso país que sabem do seu estado de saúde, mas que não se pronunciam.

Actividades do Núcleo Central da OJM na Educação e Prevenção de HIV/SIDA nas Escolas Secundárias.

É uma organização social de âmbito nacional e de carácter não lucrativo, criada aos 29 de Novembro de 1977. Congrega jovens com idade compreendida entre 15 a 35 anos sem distinção de raça, religião, sexo e grau social, desde que a ele se filie voluntariamente.

O Núcleo Central para o combate das DTS/SIDA foi criado em 1993, com apoio da SAT (Programa para África Austral de Formação em SIDA).

Tem como objectivos coordenar e desenvolver actividades de educação, informação e prevenção sobre as DTS/HIV/SIDA, educação sexual, saúde reprodutiva e planeamento familiar.

São principais actividades:

Formação de activistas em DTS/HIV/SIDA, educação sexual, saúde reprodutiva e planeamento familiar;

Criação de Clubes anti-SIDA;

Sensibilização e mobilização da comunidade estudantil sobre o perigo do HIV/SIDA;

Definição de estratégias que conduzam a uma rápida mudança de comportamentos de risco de infecção pelo HIV/SIDA;

Promoção social do preservativo;

Fomento de métodos participativos nas campanhas de luta contra o HIV/SIDA;

Organigrama do Núcleo Central das HIV/SIDA

Coordenador

Coordenador Executivo

Sectores de : Assistência dos Núcleos; Educação, Informação e Comunicação; Promoção de Preservativo e Actividades Culturais e Administração e Finanças educa

Organigrama do Núcleo Provincial das HIV/SIDA

Coordenador

Sectores de : Assistência dos Núcleos; Educação, Informação e Comunicação; Promoção de Preservativo e Actividades Culturais e Administração e Finanças educa.

Grupo alvo

Jovens Estudantes das Escolas Secundárias e Pré-Universitárias:

Instituto Comercial de Maputo

Instituto Industrial de maputo

Escola Secundária de Lhanguene

Escola Secundária Estrela Vermelha

Escola secundária Noroeste 1

Escola secundária Noroeste 2

Instituto do Magistério Primário

Escola secundária da Moamba

Escola secundária de Magude

Escola secundária Joaquim Mara - Chimoio

Escola secundária Soalp - Chimoio

Escola secundária Samora Machel - Chimoio

Instituto Agrário de Chimoio

Escola secundária de Xai-Xai

Escola Pré-Universitária

Instituto Industrial e Comercial 7 de Setembro de Xai-Xai

Escola secundária Secundária de Chibuto

Escola secundária de Chóckwé

Escola secundária Emília Daúse

Escola secundária de Maxixe

Escola Industrial e Comercial Eduardo Mondlane de Inhambane

Escola secundária de Massinga

Escola secundária de Vilanculos

Depois da sessão das apresentações, seguiu-se o trabalho de grupo onde os participantes distribuídos em quatro grupos discutiram os seguintes assuntos:

Questão do grupo 1.

Deve-se adotar uma posição rígida sobre quaisquer das abordagens de Abstinência, Postergação e Preservativos? Há estratégias diferentes por faixa etária ou grupo alvo? Quais as mais eficazes a curto prazo, médio e longo prazo? Quais destas abordagens estão mais adequadas ao contexto cultural do nosso país?

Questão do grupo 2.

Há outros modelos possíveis que não foram apresentados que podem ser úteis? Quais? Que outras experiências foram vistas e qual a avaliação que se tem delas?

Questão do grupo 3.

Dos modelos apresentados, quais devem ser preferidos? Porquê? (devem ser explicados os motivos). Quais os pontos positivos e negativos de cada modelo apresentado?

Questão do grupo 4.

Quais as recomendações que o grupo entende que devem ser feitas aos modelos apresentados. Que tipo de acção deve ser radicalmente evitada ou ao menos aplicada com os devidos cuidados.

Os grupos discutiram e produziram as seguintes conclusões:

Na apresentação dos grupos de trabalho, a plenária realizou uma série de discussões envolvendo o papel do governo e sociedade civil no que se refere ao trabalho de prevenção de DTS/SIDA executados na escola. Com o objectivo de sistematizar os debates, podemos apresentar o conjunto de recomendações no seguintes itens:

Sobre a Reforma curricular

Os participantes apontaram em plenária que a reforma curricular deve necessariamente incluir temas sobre DTS/HIV/SIDA E SSR adequados para as várias classes. Foi oportunamente esclarecido que tal processo já estava em andamento, inclusive em estágio bastante avançado, e que tais conteúdos foram incorporados de maneira transversal. Os conteúdos de DTS/HIV/SIDA E SSR não são de atribuição somente das disciplinas de ciências naturais, incluindo todas as disciplinas. Recomenda-se que a reforma curricular a ocorrer nos outros subsistemas de educação incorporem em matéria de DTS/HIV/SIDA E SSR.

Sobre o papel do professor

A plenária reconheceu a necessidade de envolver todos os professores neste processo, sendo que é fundamental e urgente a formação destes para sua actuação. Neste sentido, as ZIPs, as escolas secundárias/técnicas e centros de formação de professores devem ser consideradas enquanto pólos de formação. As ONGs devem ser incluídas neste processo de capacitação.

O professor deve ser envolvido a todo momento, visto sua habilidade na comunicação e credibilidade junto a comunidade. E particularmente em datas festivas, nas Reuniões de turma, nos clubes, nos tempos livres, sala de aula e com seus colegas. As actividades de formação deste professor serão enquadradas nas actividades do programa da escola. Para tanto, o MINED aloca os recursos necessários e canalizará mais apoios para as províncias.

Sobre o papel das ONGs

As ONGs são dinamizadoras do processo, devendo implementar as estratégias definidas pelo MINED, inclusive no que se refere às áreas de actuação para não ocorrer sobreposição de actividades. As ONGs devem respeitar as políticas e directrizes governamentais, perante a qualquer pressão de ordem económica ou semelhante, não devendo intervir sem consulta prévia ao MinEd (Direcções Nacionais, Provinciais ou Distritais).

As ONGs implementarão seus projectos com recursos humanos e financeiros próprios.

As ONGs concentrarão e promoverão apoio directamente às escolas, tendo em conta as questões de género. Recomenda-se que as ONGs formarão activistas jovens para o trabalho nas escolas. Destaca-se a importância de sensibilizar pais, encarregados de educação e líderes comunitários neste tema.

À ONG pode ainda caber o papel de prestar assistência técnica ao MINED nas áreas de formação de profissionais, monitorização e avaliação de programas.

Papel das Escolas

O papel das escolas deve ser o de criar núcleos de activistas, promover intercâmbio entre as escolas, organizar cursos e exposições, adquirir e organizar materiais educativos, elaborar e promover actividades com conteúdos educativos, debates, palestras, jornal da parede. É também tarefa da escola segmentar grupos etários para receber as informações de maneira adequada.

A escola cabe também coordenar os trabalhos das ONGs que actuam no espaço escolar, autorizando a implementação dos trabalhos destas. A escola não deve aceitar trabalhos a serem realizados por ONGs não credenciadas pela direcção provincial de educação.

A escola concentrará esforços na escola, procurando estabelecer mecanismos de regulação para a sustentabilidade.

Sobre o papel do MineEd

O papel do MinEd é o de definir políticas e estratégias para o combate ao SIDA no sector de educação. Deve promover a educação no local de trabalho, de modo a reduzir o impacto sobre os professores e outros funcionários.

O MinEd deve conhecer o número de ONGs a trabalhar com SIDA nas escolas, harmonizando suas actividades e definindo as prioridades geográficas de actuação das ONGs.

Para incrementar o Programa de DTS/HIV/SIDA e SSR, o MinEd produzirá um guião para uniformização dos métodos, criação de núcleos

provinciais, distritais e de ZIPs. A produção de materiais deve contar com a participação das ONGs.

Cabe ao MinEd, nas diversas instâncias, participar activamente nos eventos que as ONG promoverem, oferecendo condições para que estas organizem as actividades.

Sobre o público-alvo e métodos

Definiu-se que haveria dois públicos-alvo: aqueles com 6 a 10 anos, que são provavelmente crianças que não estão infetadas, para os quais deve-se investir em Educação Moral e Cívica; e outro que são jovens (acima dos 11 anos) que estão a começar a actividade sexual, dando-lhes acesso a conhecimentos sobre DTS/HIV/SIDA e SSR.

Recomenda-se que os trabalhos preventivos das DTS/SIDA possam ocorrer através de clubes juvenis e ciclos de interesse e similares, aconselhamento pessoal para promover a adopção de comportamentos seguros .

Sobre o Estabelecimento de Parcerias

Para ocorrer parcerias deve haver existência de interesses comuns, sendo necessário explicitar estes interesses. A negociação entre as partes deve abordar: a) áreas de prioritárias de intervenção; b) perfil da ONG para identificar a qualidade e credibilidade e trabalhos que executa ou pretende executar; c) definição das regras do jogo (tempo, recursos, espaço, intervenientes, grupo alvo, monitorização e avaliação sistemática); d) partidas e contrapartidas.

Apontados estes requisitos, a escola deve compreender que nem todos os projectos submetidos à ela necessariamente são viáveis. Cabe à escola fazer a análise segundo o momento em que ela (escola) se encontra ou se insere.

Sugere-se a formação de um fundo que permita a criação de estratégias no âmbito da prevenção de DTS/SIDA nas escolas.

Estabelecer uma supervisão em parceria com as ONG's para garantir a qualidade e motivação do trabalho.

Sobre a mensagem principal a ser veiculada

A abordagem preventiva para as crianças de 6 a 10 anos deve ser a do adiamento do sexo, ocupando as crianças com leitura, desporto e dança.

Para os que começaram a manter relações sexuais recomenda-se o uso de preservativos. Portanto, este grupo deve receber informação apropriada, consciencialização e garantir a opção do próprio indivíduo.

Para o nosso contexto cultural, a abstinência e a postergação é o melhor, entretanto, deve-se pensar em oferecer alternativas possíveis para a pessoa escolher a melhor opção para a vida.

As organizações devem também enfatizar a questão do envolvimento do álcool no aumento de risco para a ocorrência de relação sexual desprotegida.

Quanto aos modelos a serem adotados

Os modelos recomendados são:

A criação dos cantos de aconselhamento

Formação de activista

Formação de professores com inclusão de matérias de DTS/HIV/SIDA e SSR,

Habilidades para a vida,

Técnicas de jogos participativos

Testemunho ao vivo.

O modelo de “guerrilha”

As ONGs não devem trabalhar com a propagação de doutrinas religiosas na sua actuação ao nível das escolas.

As próprias organizações devem evitar fazer juízo de valor das outras ONG.

Deve ocorrer a harmonização dos valores de pagamento de incentivos pagos pelas ONG's.

Não se deve distribuir preservativos nas escolas, mas sim aloca-los em locais próprios.

No fim dos trabalhos foi constituído um grupo de trabalho composto por seis pessoas sendo três das ONGs, três da parte Governamental para a elaboração do relatório final.

Anexos